



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos

ATA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CETIC/MS - 20/03/2024

ATA - 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA			
COMITÊ EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – CETIC			
Portaria de Consolidação nº 1 GM/MS, de 28 de setembro de 2017			
Alterada pela Portaria GM/MS Nº1.708, de 30 de outubro de 2023			
IDENTIFICAÇÃO			TIPO DE DOCUMENTO
ATA NÚMERO	DATA	HORÁRIO	REUNIÃO
3	20.03.2024	10h	CETIC – COMITÊ EXECUTIVO DE TIC
MEMBROS TITULARES / SUPLENTES			ASSINATURA
José Eduardo Bueno de Oliveira (DATASUS/SEIDIGI/MS)			Ausente
Denise Barros de Sousa Nogueira (DATASUS/SEIDIGI/MS)			Web Conferência/Teams
Dárcio Guedes Júnior (FNS/SE/MS)			Ausente
Patrick Heringer Reis (FNS/SE/MS)			Web Conferência/Teams
Rodrigo André Cuevas Gaete(SAPS/MS)			Web Conferência/Teams
Vinicius de Araújo Oliveira (SAPS/MS)			Web Conferência/Teams
Marli Souza Rocha (SVSA/MS)			Ausente
Geórgia Maria de Albuquerque (SVSA/MS)			Web Conferência/Teams
Lilian Rose Peters (SECTICS/MS)			Ausente
Pollyanna Teresa Cirilo Gomes (SECTICS/MS)			Ausente
Daiane Ellwanger Araújo (SAES/MS)			Web Conferência/Teams
Natan Monsores de Sá(SAES/MS)			Web Conferência/Teams
Gustavo Hoff (SGTES/MS)			Web Conferência/Teams
Renata Maria de Oliveira Costa (SGTES/MS)			Ausente
Pedro Peres da Silva (SESAI/MS)			Ausente
Antônio Fernando da Silva (SESAI/MS)			Ausente
CONVIDADOS			ASSINATURA
CONJUR/MS			Ausente
DENASUS/MS			Web Conferência/Teams
TCU			Ausente
Graziella Cervo Santana (CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI)			Web Conferência/Teams
Robson Willian de Melo Matos (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI)			Web Conferência/Teams
Adriana Nascimento Santos Cartaxo (CGDID/DEMAS/SEIDIGI)			Web Conferência/Teams
Tiago Bahia Fontana (DEMAS/SEIDIGI)			Web Conferência/Teams
Patrícia Bartholomay Oliveira (CGRD/SVSA)			Web Conferência/Teams
Gabriel Gonçalves Nogueira (EINSTEIN)			Web Conferência/Teams
Jorge Luiz Gonzaga (CGRHF/MS)			Web Conferência/Teams
ASSUNTOS ABORDADOS			
1. Abertura da 3ª Reunião Ordinária do CETIC: DATASUS/SEIDIGI			
2. Informes: CGRGP/DATASUS/SEIDIGI			
2.1 Encaminhamento das reuniões anteriores;			
3. Pedidos de Inclusão de Pauta:			

- 3.1 Plataforma de Análise de Dados;
- 3.2 Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério da Saúde;

4. Considerações Finais:

DESDOBRAMENTOS

1. Abertura da 3ª Reunião Ordinária do CETIC:

A reunião foi iniciada com a validação do quórum, realizada por meio da chamada de todas as Secretarias. Constatou-se a presença de integrantes das seguintes unidades: Secretaria - SEIDIGI, Secretaria Executiva - SE, Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES e Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES;

Informou também que além dos membros, foram convidados para a reunião os representantes do TCU, CONJUR, Denasus e áreas técnicas do Datasus.

CGRGP: Fez a abertura da reunião saudando a todos os membros e repassou brevemente os itens da pauta tratada na reunião.

2. Informes:

2.1 Encaminhamentos das reuniões anteriores:

CGOV: Apresentou o cenário das últimas demandas analisadas pelo Comitê Executivo de TIC - CETIC. No contexto desses encaminhamentos, foram analisados sete projetos desde janeiro, incluindo o SOMASUS, SISMOBe, Rebrats. Sistema Integrado de Logística DLOG, que foram submetidos ao Comitê de Governança Digital - CGD, o qual está aguardando disponibilidade da Secretaria Executiva - SE para agendamento da reunião. Dentre os projetos deliberados, três encontram-se em andamento com tratativas pelos membros.

2.2. A importância dos membros do CETIC como articuladores das decisões do Comitê:

CGOV: Recordou a Portaria GM Nº 1.708, de 30 de outubro de 2023, que instituiu o CETIC, e estabeleceu as atribuições dos membros, previamente divulgada. Destacou que fornecerá gradualmente informações mais detalhadas aos membros para que compreendam melhor o seu papel dentro do comitê.

Reforçou a importância dos integrantes do CETIC comunicarem aos membros do CGD, as pautas submetidas, a fim de prepará-los para as deliberações. Além disso, salientou que o secretariado do comitê está disponível para esclarecer dúvidas sobre os encaminhamentos, tratativas e questionamentos, os quais podem ser enviados para o e-mail: cetic@saude.gov.br.

3. Pedidos de Inclusão de Pauta:

3.1 Plataforma de Análise de Dados.

A equipe técnica do Datasus fez uma breve contextualização sobre a Plataforma de Análise de Dados que foi tema da última reunião. Também mostrou algumas definições de Data Lake de algumas empresas.

Abordou a visão geral da plataforma, que visa disponibilizar de forma sustentável e auditável, um ambiente seguro para que as secretarias consigam levar seus dados, acessar os dados de outras secretarias, caso elas deem acesso, e assim montar sua visão e definição de políticas públicas baseadas na evidência de análises desses dados.

Risco identificado: Limite dos contratos vigentes em relação a nuvem, tanto com as licenças de softwares, os recursos computacionais dentro do Data Center, como também a capacitação dos usuários, visto que os usuários geralmente não possuem expertise para trabalhar em ambiente de nuvem, AWS, Oracle, dentre outros.

Sobre a mitigação dos riscos ressaltou a importância em ter um planejamento, gestão dos recursos disponibilizados, bem como um fortalecimento da capacidade técnica dessas áreas.

Em seguida apresentou a Análise SWOT constando as forças, fraquezas e oportunidades identificadas dentro do projeto.

Principais Pontos da Plataforma: Executar por meio de um Data Lake, uma fonte com repositório centralizado, habilitar a linkage de dados para conseguir identificar um paciente em uma base A e em uma base B, habilitar também a análise de dados para secretarias, sendo tudo isso apoiado em uma política de governança da plataforma, segurança e auditoria para ter controle do que o usuário está acessando e quais são os dados que tem dentro do seu ambiente.

Os resultados esperados incluem a construção de Dashboards, linkage de dados, repositório centralizado, apoio no planejamento das áreas com relação as suas demandas e suporte à tomada de decisão com base em evidências.

A fim de balizar a análise orçamentária de infraestrutura, foram analisados os custos da plataforma proposta entre os contratos da SERPRO e Oracle.

A área apresentou Status atual e próximos passos para disponibilização da plataforma para as secretarias, sendo eles:

Status Atual: Aguardando a aprovação do GT de informação e demais comitês;

Próximos Passos:

1. Definição da política de governança para a plataforma de dados;
2. Implementação do ambiente e projeto piloto;

3. Cronograma de expansão para as outras áreas.

Status futuro: Uma plataforma de dados produtivo para acesso ágil no atendimento da demanda da área.

Demas: Destacou os diálogos internos com o Datasus, para compreender as demandas referentes à solicitação de acesso a um DATA LAKE, e a despeito disso, foi considerado essencial garantir a segurança, rastreabilidade e auditoria, visto que todos os dados armazenados nesse ambiente são dados sensíveis.

Além disso, ressaltou que a ferramenta em si é importante, mas não é suficiente. Sendo essencial conhecer quem está fazendo, e os limites do uso dos dados.

Pontos chaves abordados: A importância de disponibilizar uma plataforma de análise para integrar vários conjuntos de dados de forma sistêmica, destacando a necessidade de proteger a privacidade dos usuários envolvidos, o que gera a necessidade de um diálogo para estabelecer uma política de governança para análise de dados.

No que concerne a política de governança citada, destacou que o Demas foi acionado pelo Datasus em 2023 para se posicionar sobre a política de governança. Na ocasião, o departamento reconheceu ser uma responsabilidade compartilhada. Nesse cenário, foi proposta a inclusão das áreas finalísticas e negociais do MS para definição dessa política.

Manifestação dos membros:

CGRGP: Evidenciou a importância da continuidade das negociações em andamento sobre a Plataforma de Análise de Dados. Dessa forma, propôs que a votação em questão fosse avançar com a submissão da demanda específica da SVSA ao CGD, sem comprometer futuras discussões com outras secretarias. Além do mais, informou a viabilidade de realizar diálogos com as secretarias interessadas para aprofundar a compreensão sobre a ferramenta.

Adicionalmente, enfatizou a necessidade de aprovar a demanda da SVSA como ponto de partida para as tratativas com outras entidades ligadas ao MS, estabelecendo um consenso gradual entre todos os participantes.

FNS: Além de parabenizar a apresentação, pontuou que não há óbices em relação à submissão da demanda ao CGD. No entanto, recordou a orientação feita na última reunião sobre a realização de uma apresentação sobre a plataforma para as áreas. Isso permitirá envolver a equipe, compreender o assunto e iniciar o processo interno de solicitações das necessidades da área.

CGRGP: Esclareceu que em breve será constituído um grupo de trabalho dedicado a essa temática, envolvendo todos os interessados, e as apresentações, modelo operacional e as diretrizes serão trabalhadas em conjunto com a participação ativa do Demas. À medida que o grupo de trabalho amadurecer, as áreas envolvidas serão acionadas, sem impedir o diálogo direto com os interessados antes da criação do grupo.

SAPS: Ponderou algumas limitações em relação a apresentação da plataforma de dados, tais como: a ausência das etapas de vinculação de registros e pseudonimização no fluxo de preparação apresentado pela COBD. Essas etapas são de extrema importância para evitar transferir dado identificado em nuvem para um ambiente analítico. Nesse contexto, apontou que o tratamento desses dados deve ser realizado previamente pela infraestrutura do Ministério da Saúde, por razões de propriedade de proteção à privacidade e garantia de soberania nacional desses dados. Além disso, considerou importante aprofundar a discussão sobre a curadoria de dados, ETL e transformação de dados, considerando a governança dos dados para garantir segurança no ambiente analítico e a utilização de ferramentas fundamentais para a ciência de dados, preferencialmente em software livre.

Desatacou a necessidade de um ambiente disponível tanto na infraestrutura do ministério quanto em infraestrutura *on premise*, visando assegurar a integridade científica no tratamento dos dados. É crucial que o código utilizado para validar as análises seja compatível em infraestruturas *on premise* e em nuvem, evitando uma dependência tecnológica de um único fornecedor a longo prazo, o que não é favorável para condução da política pública.

Demas: Destacou que o projeto cumpre o que é estabelecido pela LGPD, tendo em vista que para o setor público isso não é opção, e sim uma obrigação.

CGRGP: Convidou os integrantes que se manifestaram de forma mais elaborada sobre o tema, a participarem do grupo de trabalho de governança de dados. Além disso, convidou os membros a analisar e decidir sobre a submissão de uma demanda específica da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA, que pleiteia a análise de dados da sua política. Ademais, reforçou que a deliberação em discussão no comitê é quanto à submissão da demanda específica da SVSA, por ora solicitada há algum tempo.

SAPS: Observou a necessidade de fornecer mais detalhes da demanda, conforme previsto na reunião anterior, às secretarias.

CGRGP: Elucidou que houve uma prévia interlocução com o Demas, para alinhar as diretrizes a serem trabalhadas nas secretarias, e assim fazer a apresentação direta aos membros do comitê.

Informou que serão agendadas reuniões específicas entre Datasus, Demas e as secretarias. Após essa etapa, as demandas específicas das secretarias resultantes dessas reuniões poderão ser discutidas na próxima reunião do CETIC. Contudo, ressaltou o interesse em não interromper a demanda pleiteada pela SVSA. Em vista disso, sugeriu dar encaminhamento a demanda e, em paralelo fazer as reuniões individuais com as secretarias.

SAPS: Manifestou interesse em ter uma infraestrutura para análise de dados na Amazon para dados anonimizados. Para mais, destacou a compreensão de que haverá oportunidades para discutir o dimensionamento dessa estrutura, com o objetivo de expandi-la para atender outras secretarias. Adicionalmente, pontuou que não deseja que a discussão levantada seja empecilho para o progresso das propostas apresentadas, nem pretende travar a pauta de

outra secretaria que já possui o seu dimensionamento definido. Por fim, reiterou o interesse da SAPS em acompanhar e compreender como esse experimento poderá beneficiar outras áreas do ministério.

CGRGP: Quanto à expansão da proposta, enfatizou que se não fosse viável para atender outras áreas/secretarias, não seria considerada para inclusão na pauta do comitê.

SAES: Sob outra perspectiva, destacou a importância de considerar a dimensão ética relacionada ao uso e acesso de dados, enfatizando a necessidade de discutir a soberania e a questão ética de depósito de dados sem a adequada anonimização desses espaços, devido à sensibilidade dessas informações.

SVSA: Em relação à expansão da proposta, ressaltou que é premissa atender todas as áreas. Além disso, salientou que o centro pretende garantir velocidade, respostas mais seguras e tomadas de decisões mais precisas. Sendo um espaço conjunto de todo o ministério, embora traga dados epidemiológicos, a ideia é não ser restrito à SVSA.

SAPS: Sobre os dados pessoais identificados, reforçou que devem ser tratados exclusivamente na infraestrutura própria do MS. Embora seja possível ter infraestruturas de dados em nuvem, os dados pessoais identificados devem ser processados na infraestrutura interna do MS, pois não é possível assegurar e garantir os critérios de proteção à privacidade das pessoas e à soberania nacional dos dados, caso não seja realizado o tratamento adequado antes da transferência dos dados para a nuvem. Isso é essencial para cumprimento do artigo 13 da LGPD e para garantir a pseudonimização dos dados.

Complementarmente, manifestou-se favorável ao prosseguimento do projeto com a ressalva de seguir a lei.

Demas: Ressaltou a possibilidade de realizar um redesenho colaborativo do projeto, permitindo que o grupo de trabalho atue como equipe de projeto. Dessa maneira, a ideia é avançar em conjunto para garantir que todas as novas características do projeto sejam inovadoras.

Por fim, enfatizou que não se trata apenas de um projeto isolado, mas sim, da possibilidade de um portfólio de iniciativas que envolve diversos pacotes de entrega, inclusive para subsidiar o próximo PDTIC.

SAPS: Destacou ainda que a necessidade não se restringe apenas a workstations, pois é importante ter um cluster computacional para trabalho de alto nível em ciência de dados.

CGRGP: Agradeceu todas as contribuições e informou que em breve fará as reuniões necessárias, os acionamentos dos participantes do grupo de trabalho e as secretarias individualmente que se colocaram interessadas, como o SAPS e o FNS, para conduzir os esclarecimentos de qualquer dúvida sobre o tema.

Encaminhamentos: Continuidade da submissão do projeto ao CGD e o início dos estudos em grupo de trabalho para o aprimoramento e tratativa de todos os aspectos que foram colocados na reunião, construção da política e disponibilização da plataforma.

3.2 Plano de Dados Abertos (PDA):

Demas: A equipe do Demas apresentou a metodologia do trabalho realizado para construção do plano, com a contextualização, alguns marcos estruturantes e as características do PDA.

Objetivo geral: Zelar pela publicidade na abertura de dados, transparência, eficiência, com o olhar do cidadão.

Objetivos específicos: Formato em dado aberto para toda a população, para pesquisas, acesso desidentificado, anonimizado, melhorar a gestão de informação dos dados para tomada de decisão pelos gestores, estimular a visualização de informações e todas as questões relacionadas à disseminação.

No contexto das etapas de elaboração do PDA, a equipe detalhou as etapas até chegar na proposta atual, sendo um deles a experiência da cartilha, realizada de forma participativa com a colaboração de diversos atores do MS e com a atuação ativa da equipe técnica da CGDID/DEMAs. Ademais, mostrou o primeiro esboço do novo portal de dados abertos e apresentou os resultados em relação ao formulário da consulta pública.

Ressaltou que o PDA é um documento que reflete as intenções do órgão para abertura dos dados para a sociedade. À vista disso, deve incluir, principalmente, um inventário de dados, que abrangente todas as bases de dados utilizadas pelos sistemas.

No tocante à abertura dos dados explicou que após a consulta pública, as bases de dados recebem um grau de priorização em relação a sua abertura baseado em diversos critérios, sobretudo, a manifestação da sociedade civil, solicitações de acesso a base de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI) e outros requisitos relevantes.

Por fim, o órgão estabelece um cronograma para a abertura dos dados, de acordo com as intenções de cada área técnica na abertura da base que lhe é devido.

Sobre a construção da matriz de priorização, informou que foi criado um grupo de trabalho para revisão dos critérios da matriz do antigo PDA, que contemplava um conjunto de dados, critérios baseados na resolução do Comitê Gestor de Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. Através disso, foi realizada uma revisão para incorporar integralmente esses critérios, além de adicionar critérios relevantes do Ministério da Saúde. Por conseguinte, foram incluídos os oito critérios de resolução mencionados, juntamente com um critério adicional sobre as opções de abertura de dados, sugeridos pelo grupo.

Em seguida citou algumas ações realizadas, tais como: ações de promoção, fomento, uso e reuso das bases de dados através da publicação da cartilha, ações de divulgação de dados abertos, ações de comunicação no portal para que as pessoas conheçam que tem ali um novo conjunto de dados disponível e ações de monitoramento, promoção de disseminação de dados. Por fim, foi apresentado o fluxo resumido do trabalho com as áreas.

Manifestação dos membros:

SAPS: Registrou que na SAPS será aberto os dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Destacou que se trata de um banco de dados extenso, o qual apresenta como desafio a anonimização. Nesse contexto, salientou que a área está adotando medidas cautelosas nesse processo, devido ao risco de reidentificação dos cidadãos mesmo na ausência de dados diretos de identificação pessoal, como nome ou CPF, visto que a reidentificação por meio de métodos estatísticos é uma possibilidade real ao cruzar com outros bancos de dados disponíveis. Diante disso, optou-se por um método diferente do padrão do ministério. Nesse método não haverá divulgação dos códigos CID, SIAP ou SIGTAP, será realizado agrupamento das condições mais sensíveis que possibilita a construção da informação epidemiológica, mas sem a identificação e diagnósticos das pessoas atendidas.

SAPS: Adicionalmente, comentou que a publicação do PDA juntamente com o esforço que o ministério está fazendo no sentido de publicar dados abertos está cumprindo o tratado internacional do qual o Brasil é signatário e um dos cofundadores na adoção de práticas de governo aberto. Além disso, comentou que a política do Governo Aberto é internacional, sendo o Brasil um dos principais motores dessa política.

4. Considerações Finais:

DATASUS: Agradeceu a presença e participação de todos e sinalizou a data da próxima reunião do comitê.

ENCAMINHAMENTOS:	RESPONSÁVEL	PRAZO
<p>1. Projeto do Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica – CNIE: Continuidade da submissão do projeto ao CGD e o início dos estudos em grupo de trabalho para o aprimoramento e tratativa de todos os aspectos que foram colocados na reunião, construção da política, disponibilização da plataforma.</p> <p>2. Criação do Grupo de Trabalho: governança de dados e aprimoramento da plataforma de análise de dados.</p> <p>3. Plano de Dados Abertos – PDA: CETIC favorável ao encaminhamento do projeto à submissão do CGD.</p>	<p>1.SVSA 2.Datasus 3. Demas</p>	<p>1. Próximo CGD/MS 2. Início programado para Abril/2024 3. Próximo CGD/MS</p>
ATA ELABORADA POR:		
<ul style="list-style-type: none"> Samara Lopes do Nascimento - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI 		
ATA REVISADA POR:		
<ul style="list-style-type: none"> Whesley Fernandes Henrique - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS Graziella Cervo Santana – CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS 		
ATA APROVADA POR:		
<ul style="list-style-type: none"> Denise Barros de Sousa Nogueira – CGRGP/DATASUS/SEIDIGI 		



Documento assinado eletronicamente por **Geórgia Maria de Albuquerque, Coordenador(a)-Geral de Vigilância de Doenças Não Transmissíveis**, em 12/04/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natan Monsores de Sá, Coordenador(a)-Geral de Doenças Raras**, em 16/04/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Heringer Reis, Gerente de Projeto**, em 16/04/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Ellwanger Araujo, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Sistemas de Informação em Saúde**, em 16/04/2024, às 20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Barros de Sousa Nogueira, Coordenador(a)-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos**, em 24/04/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Andre Cuevas Gaete, Coordenador(a)-Geral de Inovação e Aceleração Digital da Atenção Primária**, em 26/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Hoff, Diretor(a) do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde substituto(a)**, em 06/05/2024, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040073056** e o código CRC **007F51F4**.

Referência: Processo nº 25000.118752/2021-90

SEI nº 0040073056

Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos - CGRGP
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br